

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

IRMA FERNANDA MOREIRA BRITO

A pessoa bibliotecária no letramento e atendimento à Pessoa
TEA: uma abordagem montessoriana

São Paulo
2022

IRMA FERNANDA MOREIRA BRITO

A pessoa bibliotecária no letramento e atendimento à Pessoa TEA:

uma abordagem montessoriana

Monografia apresentada ao
Departamento de Informação e Cultura
da Escola de Comunicações e Artes, da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Marivalde Moacir
Francelin

São Paulo

2022

Ficha catalográfica

Brito, Irma Fernanda Moreira

A pessoa bibliotecária no letramento e atendimento a pessoa TEA: uma abordagem montessoriana / Irma Fernanda Moreira Brito; orientador: Marivalde Moacir Francelin. – São Paulo, 2021.
40 p.

Monografia (TCC – Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Autismo 2. Biblioteca Escolar 3. Método Montessori. I. Francelin, Marivalde Moacir, orient. II. Título

IRMA FERNANDA MOREIRA BRITO

**A pessoa bibliotecária no letramento e atendimento à Pessoa TEA: uma abordagem
montessoriana**

Monografia apresentada ao
Departamento de Informação e Cultura
da Escola de Comunicações e Artes, da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Marivalde Moacir
Francelin

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Virginia Maciel Jordana - IFMG

Julgamento_____

Assinatura_____

Profa. Dra. Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos – USP

Julgamento_____

Assinatura_____

Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin (Orientador) - USP

Julgamento_____

Assinatura_____

AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa que digo obrigada é ao orientador Marivalde Moacir Francelin, pois desde 2018 conversamos sobre o tema do TCC e por causa da pandemia e pela impossibilidade de consultar pessoalmente o acervo de uma biblioteca, tive que abrir mão do assunto que gostaria de tratar e que havia feito uma extensa pesquisa em dois anos.

Portanto caro leitor, o que lerá nas próximas linhas é minha segunda ideia de tema, o que acabou sendo uma boa, pois retomei contato com professores e a escola onde fui alfabetizada. Isto gerou conversas com minha família, e outras boas coisas, como por exemplo comprar novos títulos que eu desejava e assim aumentar minha biblioteca pessoal, direcionar que próximos cursos farei agora que terei novamente um tempo livre substancial. Foi um resgate emocional muito valoroso.

Agora o agradecimento de praxe vai para meus pais, pois sem eles eu jamais teria estudado em uma escola Montessoriana e provavelmente hoje não estaria terminando o Ensino Superior, por mais atrasada que esteja na formação, afinal no ano de 2021 no qual escrevo, tenho 38 anos.

Quero agradecer a cada um dos meus seis amigos nesta jornada que foi cursar a graduação, são pessoas com quem convivo há 28, 17, 15, 14, 9 e 6 anos. Sou muito grata a cada palavra de apoio, a cada puxão de orelha, a cada risada, cada abraço, as muitas refeições que fizemos juntos e muitas outras coisas que não cabem aqui, se não tenho que escrever uma enciclopédia (risos).

“Quando o alfabeto entra em contato com a linguagem articulada, torna-se chave que abre um segredo e realça toda a linguagem na totalidade. Quem quer que extraísse este significado do alfabeto, colocaria obstáculos no aprendizado e retornaria ao nível da pictografia e dos hieróglifos. ”.

Maria Montessori

RESUMO

A biblioteca escolar, enquanto um ambiente de ensino, possui também um papel no atendimento da pessoa autista, em sua inclusão e desenvolvimento. Dado o cenário de exclusão desse público do sistema educacional, este trabalho busca apontar estratégias para a atuação da pessoa bibliotecária no esforço de reverter esse quadro. Para isso é apresentado o que é o transtorno do espectro autista e é apresentado o que é a biblioteca escolar. O método Montessori aparece como uma proposta pedagógica que favorece o ensino da criança autista, e o papel da pessoa bibliotecária no processo pedagógico é acentuado, assim como suas formas de atuação.

Palavras-chave: autismo, biblioteca escolar, método montessori

ABSTRACT

The school library, as a teaching environment, also has a role in the care of the autistic person, in their inclusion and development. Given the scenario of exclusion of this public from the educational system, this work seeks to point out strategies for the performance of the librarian in the effort to reverse this situation. For this, what is autism spectrum disorder and what is the school library is presented. The Montessori method appears as a pedagogical proposal that favors the teaching of autistic children, and the role of the librarian in the pedagogical process is accentuated, as well as their ways of acting.

Key-words: autism, school library, Montessori method

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

SIGLAS

TEA Transtorno do Espectro Autista

FIGURA

Figura 1 O Espectro do Autismo

Figura 2 Terminais de consulta Figura

Figura 3 Estantes em bibliotecas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 ABNT

Quadro 2 Normalização

Quadro 3 NBR 15599

Quadro 4 NBR 9050

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A PESSOA AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR.....	11
2.1 A EXCLUSÃO DO AUTISTA DO ENSINO.....	12
2.2 O CÉREBRO AUTISTA.....	13
3 A BIBLIOTECA ESCOLAR.....	16
3.1 NBR 15599 E NBR 9050.....	19
3.2 WORKSHOP ONLINE ORGANIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: DO ACERVO A MOBÍLIA	25
4 MÉTODO MONTESSORI.....	29
4.1 Os PRINCÍPIOS MONTESSORIANOS	30
4.2 A ALFABETIZAÇÃO.....	32
5 A SENSIBILIZAÇÃO DA PESSOA BIBLIOTECÁRIA PERANTE O AUTISTA 	35
6 CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS	40

1 Introdução

O presente trabalho é um requisito obrigatório da disciplina PROJETO EXPERIMENTAL EM BIBLIOTECONOMIA II CBD0267 para concluir o Bacharelado de Biblioteconomia no Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

A metodologia adotada foi a de levantamento bibliográfico de estudos sobre a inclusão da pessoa autista na biblioteca escolar e no ensino em geral, e do levantamento das legislações que concernem a inclusão desse público, bem como as normas que estabelecem esse modelo de biblioteca. Além disso, a pesquisa se aprofunda em textos sobre o funcionamento do TEA (Transtorno do Espectro Autista) e sobre a proposta pedagógica do método Montessori, e também o processo de alfabetização.

Os assuntos de que trata este trabalho – biblioteca escolar, autismo, alfabetização e método Montessori – vem de minha experiência como uma pessoa deficiente durante o processo de ser alfabetizada. Portanto, este texto busca sensibilizar as pessoas bibliotecárias que trabalham e/ou venham a trabalhar na biblioteca escolar. Algo que demonstra sua afinidade na prática da alfabetização, do letramento e formação de leitores, sempre trabalhando em conjunto com professores.

Portanto, para que este trabalho de conclusão de curso não seja escrito somente com o olhar da autora, que é uma ex-aluna do método Montessori e assídua frequentadora de biblioteca desde a infância, e para que fosse bem conduzida a produção deste conteúdo, contou-se ativamente com as colaborações da Associação Brasileira de Educação Montessoriana (Instagram abem_montessori), da jornalista e pós graduanda em Montessori Mariliza Souza (Instagram lizasouza12) que publica em uma rede social a respeito do cotidiano e aprendizagem de sua filha sendo educada através do presente método e a bibliotecária Elani Regis de Oliveira Araújo (Youtube e Instagram: Elani Araújo Dica de Bibliotecária).

2 A pessoa Autista no Ensino Superior

Para adentrar no assunto da educação da pessoa autista, desde sua alfabetização e levando em conta que um dia ela avançará academicamente para chegar a cursar o nível de ensino superior, é necessário lembrar que somente em 2012 a lei brasileira nº12.764/12 reconheceu que o autismo é uma deficiência e que levou mais alguns anos para que em 2015 fosse proclamada uma lei que regulamenta a estadia do discente deficiente em escolas (Lei nº13.146/15) e que tem se estendido para organizarem a ida a faculdade.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

O que costumeiramente se chama de **autismo** é hoje entendido como um espectro que abarca muitas variações que aparecem em diferentes indivíduos. Atualmente ele é entendido como Transtorno do Espectro Autista (TEA). Trata-se de um transtorno do neurodesenvolvimento que leva o indivíduo a se relacionar com o mundo de forma diferente, seja internamente no aspecto sensorial, seja em suas relações sociais. O cérebro do autista se desenvolve com características próprias, e leva a dificuldades na comunicação, além de outras características menos conhecidas, tais como hipersensibilidade, dificuldade de interpretar expressões faciais, dificuldades de aprendizagem, preferência por rotinas, interesses restritos, comportamentos ou gestos repetitivos, além de uma série de outras condições que podem aparecer como comorbidades. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, o autismo é definido como:

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do desenvolvimento neurológico, caracterizado por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos. Esses sintomas configuram o núcleo do transtorno, mas a gravidade de sua apresentação é variável. Trata-se de um transtorno pervasivo e permanente, não havendo cura, ainda que a intervenção precoce possa alterar o prognóstico e suavizar os sintomas. Além disso, é importante enfatizar que o impacto econômico na família e no país, também será alterado pela intervenção precoce intensiva e baseada em evidência. (SOCIEDADE ..., 2019)

Existe muita variação nas características de um autista para o outro. O sentido de considerar um espectro é por conta dessa diversidade entre as próprias pessoas autistas.

O autismo afeta várias características diferentes do indivíduo, e em cada um ele as afeta de formas diferentes. Um indivíduo pode ter as habilidades sociais muito mais prejudicadas que o outro, enquanto o segundo tem uma sensibilidade sensorial muito maior.

Figura 1: O espectro do autismo.



Fonte: Integração.EES (2021)

2.1 A Exclusão do Autista do Ensino

Por muito tempo não se compreendeu muito o autismo. O autista tinha suas capacidades subestimadas, e se explicava equivocadamente os motivos da condição, como culpabilizar as mães ao apontar o autismo como resultado da falta de afeto. Hoje a ciência entende que o autismo é um transtorno de causa principalmente genética. Um estudo conduzido pela JAMA Psychiatry confirmou que entre 97% e 99% da incidência de autismo ocorre por causas genéticas, e que além disso essa genética é hereditária em 81% dos casos (TISMOO, 2019). Uma diversidade genética da população que resulta em indivíduos com habilidades diferentes da maioria, por vezes especializadas, e que podem participar e contribuir com a sociedade com suas características fora da média. Entretanto, por vezes a discriminação leva os autistas a não terem acesso ao seu potencial de

desenvolvimento, e à exclusão deles de atividades para as quais são plenamente capacitados.

Conforme os censos do Ensino Superior entre os anos de 2017 a 2019 temos dados de que um número reduzido de autistas têm acesso a esse nível de formação, cerca de 1500. Um grupo pouco representado se comparado à população geral, mas também se comparado a outros grupos com necessidades especiais com outros tipos de deficiência, pois em 2019 havia pelo menos 16 mil deficientes físicos e 13 mil deficientes com baixa visão no Ensino Superior (INSTITUTO..., 2018, 2020).

Inicialmente poderia-se pensar que isso decorre das limitações mesmas do autista. Entretanto, a condição cognitiva do autista não é tão simples e possui outros aspectos a serem abordados. Trata-se fundamentalmente de uma exclusão desses grupos do sistema educacional. Vemos os resultados no ensino superior, mas a exclusão já começa no ensino básico, decorrendo da falta de compreensão do autismo em toda a sua complexidade.

2.2 O Cérebro Autista

Por muito tempo pesquisas com autistas tinham um foco apenas em seus déficits. A condição era apresentada como negativa e se pontos positivos eram apresentados seria apenas como uma compensação que atenua o problema. Atualmente, com uma compreensão maior do autismo, essa alteração no desenvolvimento passa a ser apresentada como um modo diferente de organização do cérebro, e isso terá pontos bons e ruins.

No livro *O cérebro autista*, Temple Grandin nos apresenta essa perspectiva, corrigindo mitos e preconceitos sobre os autistas e suas capacidades. Estudos recentes em psicologia, neurociências, e mesmo genética tem cada vez mais lançado uma luz sobre o assunto. A autora nos apresenta uma visão contemporânea da condição, não apenas explicando o funcionamento do cérebro autista, mas também nos conduzindo a repensar a forma como o vemos, os rótulos, e apresentando uma visão mais positiva das suas capacidades. Essa abordagem mais realista da condição pode inclusive ajudar o desenvolvimento dos autistas, para que alcancem seu potencial. Grandin nos indica, “[...] o que pretendo fazer aqui é concentrar-me em como o cérebro autista pode construir áreas de força real – como podemos realmente mudar o cérebro para ajudá-lo no que pode fazer de melhor” (GRANDIN; PANEK, 2018). A autora não romantiza o autismo, ela acentua

os pontos fortes, mas expõe as limitações, mostrando que ambos se complementam enquanto partes de uma estrutura neurológica diferenciada.

No cérebro autista as capacidades mais prejudicadas são as habilidades sociais, nisso o déficit é claro. Autistas no geral apresentam alguma dificuldade no processo de comunicação, isso podendo variar em muitos graus de intensidade. Enquanto alguns conseguem com algum esforço se adaptar e quase passar despercebidos, outros na outra ponta não conseguem usar comunicação verbal. Por outro lado, quando observamos os pontos fortes dessa estrutura cerebral vemos que em muitos casos o autista apresenta capacidades acima da população geral em determinadas tarefas. Um exemplo é a capacidade do autista em notar detalhes que passariam despercebidos para pessoas típicas.

Cabe lembrar que ao falar de autismo reunimos no espectro pessoas com características bem diferentes. Embora todos compartilhem a mesma condição de desenvolvimento isso resulta em cérebros diferentes e que expressam comportamentos e habilidades contrastantes, sendo que de certo modo cada autista as tem especializadas para certas tarefas. Temple Grandin nos apresenta três modelos de pensamento distintos que se identificam nos autistas Pensamento por Imagens, Pensamento por Palavras/Fatos e Pensamento por Padrões¹.

Dentro dessa diversidade cada um possui pontos fortes a serem explorados e podem dar grande contribuição para a sociedade. É comum por exemplo observar o arquétipo do intelectual reservado e pouco comunicativo que se destaca em certas habilidades lógicas, que fica confortável no setor de tecnologia da informação. Entretanto, para alcançar esses patamares o autista precisa de uma formação educacional adequada como qualquer pessoa. Enquanto ocorrerem situações de crianças subestimadas e que não são contempladas pelo processo pedagógico elas não vão desenvolver plenamente seus potenciais. Por isso se faz necessário o cuidado de uma educação direcionada e que atenda as necessidades dessas crianças, que por vezes não se ajusta ao modelo de escola tradicional. Grandin reforça muito o valor de desenvolver os autistas em seus pontos fortes, dentro de seus nichos:

Quando dou palestras no Vale do Silício, vejo muitas pessoas solidamente localizadas no espectro autista e depois viajo pelo país e falo em escolas e vejo muitos garotos semelhantes que nunca terão a oportunidade de trabalhar no Vale do Silício. Por quê? Porque suas

¹ Para um melhor entendimento aconselho a leitura da obra *O Cérebro Autista* por Temple Grandin e Richard Panek, incentivo para que o título seja comprado, mas caso não possa é fácil encontrar o PDF.

escolas tentam tratar estas crianças como se fossem todas iguais. (GRANDIN; PANEK, 2018)

E claro, ocorrem casos de autismo em que o déficit intelectual é severo e a verbalização é gravemente prejudicada, existem situações em que é preciso reconhecer as limitações. Mesmo em casos com maior potencial de desenvolvimento ainda podem ocorrer limitações e déficits marcantes. Tendo em vista as duas dimensões, do déficit e do potencial, é preciso que se faça uma crítica das abordagens que focam apenas nos déficits ao tentar lidar com as crianças autistas no processo educativo. Grandin ressalta a importância de permitir um enfoque nos seus pontos fortes, entender quais são eles e aproveitá-los. Dar incentivo, apoio e inclusão para explorar seus potenciais ao máximo. E para esse objetivo a melhoria do ambiente de ensino tem um papel fundamental. Ainda temos ambientes precários, e por vezes mesmo os profissionais da área não estão totalmente preparados, como aponta a autora:

Certamente não quero dizer que devemos deixar de lado a necessidade de trabalhar os déficits. Mas, como vimos, o foco nos déficits é tão intenso e automático que as pessoas perdem de vista seus pontos fortes. Ontem conversei com a diretora de uma escola para crianças autistas e ela mencionou que a escola tenta empregar os pontos fortes dos alunos em estágios e oportunidades de emprego na vizinhança. Mas quando lhe perguntei como ela identificava estes pontos fortes, ela imediatamente começou a falar de como eles ajudavam os alunos a superar seus déficits sociais. Se nem mesmo os especialistas conseguem parar de pensar sobre o que está errado, em vez de o que poderia estar melhor, como se pode esperar que as famílias que lidam com o autismo diariamente pensem de outro modo? (GRANDIN; PANEK, 2018)

Parte importante do ambiente escolar adequado é a biblioteca escolar. É essencial para o processo educativo dos autistas que ela seja estruturada e inclusiva, que possua profissionais preparados para lidar com os públicos mais diversos. Este é o tema a ser abordado ao longo deste texto.

3 A Biblioteca Escolar

Parte fundamental de uma formação no sistema de ensino é a leitura. Enquanto na sala de aula os alunos lidam com livros didáticos e apostilas, fora dela é preciso instigar também o contato com as bibliotecas. É nelas, afinal, que o estudante vai ter o seu mais fácil acesso a livros. Uma biblioteca consiste em um ambiente onde se concentra um acervo, tal como podemos ver na sua definição:

biblioteca library bib 1. Coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com o propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos. Muitas bibliotecas também incluem coleções de filmes, microfilmes, discos, vídeos e semelhantes que escapam à expressão 'material manuscrito ou impresso'. 2. 'Coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários. Neste contexto, a palavra biblioteca abrange os objetivos e funções de outros tipos de serviços de informação, que seriam qualificados como centros de documentação, serviços de informação, unidades de informação, entre outros¹ (icnb, p. vii). 3. Sala ou prédio onde são guardadas, ordenadamente, coleções de livros e outras espécies documentárias. 4. inf nome que designa: a) um conjunto de arquivos; b) um conjunto de programas, rotinas e subprogramas, já testados, que podem ser utilizados no processamento. <=> biblioteca de programas. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 48-49)

Bibliotecas podem ser construídas de diversas formas, com vários enfoques, podendo ser de iniciativa de setor público ou de setor privado. O nosso objeto de estudo será o modelo de biblioteca escolar, tal como definida por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 51):

b. escolar *school library, school library media center* BIB EDU a que está ligada a estabelecimento de ensino, fundamental ou médio, destinada a alunos e professores. <=> coleção de sala de aula, centro de recursos pedagógicos.

Enquanto integradas a um estabelecimento de ensino, as bibliotecas escolares têm sua importância como parte do ambiente educacional, e como parte também do processo de aprendizagem. Devemos reconhecer a importância desse espaço e o impacto que a sua construção adequada terá no desenvolvimento infantil, e principalmente no

desenvolvimento de crianças com algum transtorno ou dificuldade de aprendizagem, como é o caso dos autistas.

Assim, precisamos compreender as maneiras pelas quais esse modelo de bibliotecas exerce sua influência e quais as responsabilidades que carrega. Esse tema é abordado no livro *Biblioteca Escolar* por Adelaide Ramos e Côrte e Suelena Pinto Bandeira. As autoras apresentam a biblioteca em seus mais diversos aspectos: organizacionais, administrativos, de conservação, e mesmo o aspecto humano com o profissional da biblioteca e o usuário. Enquanto espaço de ensino ela é muito mais do que apenas um local de acesso ao livro, uma prateleira disponível em uma escola.

O que devemos refletir é de que modo em sua função pedagógica a biblioteca escolar terá influência em transformar crianças em leitores. As autoras questionam: “O mercado editorial voltado para o público infanto juvenil explodiu nos últimos anos e hoje as opções de leitura são múltiplas. Mas será suficiente derramar livros nas mãos de uma criança, na certeza de que isso a tornará um leitor?” (CÔRTE; BANDEIRA, 2011)

Estando dentro do espaço escolar, fazendo parte dele, a biblioteca partilha os deveres da escola enquanto instituição para com os seus alunos. Explicando essa responsabilidade, Côrte e Bandeira (2011) apontam:

A biblioteca escolar é um espaço de estudo e construção do conhecimento, coopera com a dinâmica da escola [...]. Jamais será uma instituição independente, porque sua atuação reflete as diretrizes de outra instituição que é a escola. Essa situação de dependência faz com que a biblioteca, para cumprir seu papel, esteja em estreita sintonia com a concepção educacional e as diretrizes político pedagógicas da escola à qual se integra. Na biblioteca escolar o Bibliotecário é como se fosse um professor e sua disciplina é ensinar a aprender. Essa função nunca deve ser deixada de lado.

Desse modo cabe ao bibliotecário e ao ambiente da biblioteca estarem preparados para essa função. Isso porque a presença de bibliotecas em instituições de ensino é assegurada por lei, em consonância com o dever constitucional do Estado em oferecer educação à todos. A atuação da biblioteca escolar, em consonância com essas normas, é apontada pelas autoras como:

A biblioteca escolar serve de suporte aos programas educacionais, atuando como um centro dinâmico, participando, em todos os níveis e momentos, do processo de desenvolvimento curricular e funcionando

como laboratório de aprendizagem integrado ao sistema educacional. (CÔRTE; BANDEIRA, 2011)

Côrte e Bandeira nos dão uma perspectiva ampla da biblioteca escolar. Esse ambiente tem um dever educacional com todos os estudantes. Ainda assim, como pede o enfoque deste trabalho, precisamos também lembrar de qual o papel da biblioteca escolar mais especificamente em relação ao aluno no espectro autista. No artigo “Biblioteca escolar inclusiva: Análise acerca do transtorno do espectro autista” as autoras Renata Kelly Oliveira Sampaio e Gabriela Belmonte Farias nos oferecem essa perspectiva.

Em seu texto, Sampaio e Farias (2020, p. 3-4) apontam as bases legais que asseguram os direitos autistas no que se refere à biblioteca escolar:

Para fins protetivos, o TEA é amparado pela Lei dos deficientes nº12.764/12 (Brasil 2012), especificamente pelos artigos 1 e 2, o art.7, que expõem a punição para gestores escolares ou autoridades competentes que recusarem a matrícula de pessoas deficientes ou com TEA na escola. A biblioteca escolar como parte integrante do sistema educacional deve ter iniciativas inclusivas para inserir alunos com TEA e outros tipo de deficiência, cada um dentro da sua particularidade compõe o todo da escola. A Lei nº 12.244/2010 dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, por direito o acesso à biblioteca escola até 2020.

Deste modo as autoras concluem que pelo fato de o autista e o bibliotecário estarem num mesmo ambiente da biblioteca – conforme indica a lei – que assim cabe que no seu papel de educador o bibliotecário inclua esses alunos, e que busque estratégias para tal.

Quando pensamos na inclusão de autistas no espaço da biblioteca, precisamos entender quais suas necessidades e limitações para que a biblioteca adeque-se a elas e assim possa ser um ambiente inclusivo. Levando em conta as características dos autistas o artigo nos aponta algumas sugestões de intervenções na biblioteca escolar para que possa melhor acolhê-los:

Ainda sobre a biblioteca escolar, é imprescindível que o espaço físico dela seja convidativo e adequado para receber todos os usuários. Como as pessoas autistas costumam ser literais e atraídas pelo contato visual, é interessante sinalizar a biblioteca com um quadro de rotinas, onde será exposto o horário de funcionamento da biblioteca, bem como do início das aulas, recreio/intervalo e término das aulas. Caso algum aluno esteja utilizando a biblioteca dentro do horário de aula, ficará mais fácil apontar para algo concreto como um organizador de rotina e fazê-lo entender que

ele está descumprindo os horários da escola, caso não tenha sido autorizada a sua saída de sala. (SAMPAIO; FARIAS, 2020, p. 23)

Os aspectos organizacionais da biblioteca integrada ao sistema de ensino são uma das bases necessárias para a inclusão e para o apoio ao desenvolvimento do autista. Outras bases também que não se pode negligenciar são o conhecimento de abordagens pedagógicas que melhor favoreçam esse desenvolvimento, e o preparo do profissional bibliotecário e sua atuação na relação com os estudantes no espectro autista. Essas outras bases serão abordadas nas próximas seções.

3.1 NBR 15599 e NBR 9050

No presente trabalho de conclusão, que trata de serviços e comunicação prestados pela Biblioteca Escolar e a pessoa Bibliotecária, importam as NBR 15599 (ASSOCIAÇÃO..., 2008) e NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO..., 2021) que seguem no texto corrente já devidamente recortadas nos pontos que interessam para esta narrativa estão destacados nos quadros de 1 a 4.

No Brasil o órgão responsável pela normalização técnica é a Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT. Embora esta associação seja privada, a mesma trabalha sem fins lucrativos tendo como missão ser de utilidade pública, portanto, ela representa o Brasil e é membro fundadora, conforme informa em seu site da:

International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização - ISO), da Comisión Panamericana de Normas Técnicas (Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas - Copant) e da Asociación Mercosur de Normalización (Associação Mercosul de Normalização - AMN). Desde a sua fundação, é também membro da International Electrotechnical Commission (Comissão Eletrotécnica Internacional - IEC). (ASSOCIAÇÃO..., 2021a)

Quadro 1 ABNT

A Missão, Valores e Visão conforme constam no site da ABNT são: Missão Prover a sociedade brasileira de conhecimento sistematizado, por meio de documentos normativos e avaliação de conformidade, que permita a produção, a comercialização e o uso de bens e serviços de forma competitiva e sustentável nos mercados interno e externo, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico, proteção do meio ambiente, defesa do consumidor e para inovação. Visão ABNT ágil que responda com eficiência às demandas do mercado e da sociedade, comprometida com o desenvolvimento brasileiro, de forma sustentável, nas dimensões econômica, social e ambiental.

Premissas

- Ser o Foro Nacional de Normalização, previsto no Sistema Brasileiro de Normalização (SBN), no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro);
- Ter compromisso com as diretrizes estratégicas do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);
- Ser o representante do Brasil nos foros sub-regionais, regionais e internacionais de normalização;
- Reconhecer como organismos internacionais de normalização a International Organization for Standardization (ISO), International Electrotechnical Commission (IEC) e International Telecommunications Union (ITU), e como organizações internacionais com atividades de normalização o CODEX ALIMENTARIUS, Bureau Internationale de Poids e Mesures (BIPM), Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML), International Accreditation Forum (IAF) e International Laboratory Accreditation Cooperation (ILAC) e InterAmerican Accreditation Cooperation (IAAC);
- Ser signatário do Código de Boas Práticas de Normalização da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Ser entidade não governamental, sem fins lucrativos e de utilidade pública, como agente privado de políticas públicas;

Valores

- Atuar de forma isenta e ética, garantindo ampla participação da sociedade brasileira em suas áreas de atuação;
- Implementar um modelo de gestão que contemple os princípios da governança corporativa, comprometida com a proteção da reputação, da imagem e do patrimônio da Associação e de seus associados;
- Fortalecer a integração e para a inserção do Brasil no cenário internacional;
- Zelar pelas marcas da ABNT e pela propriedade intelectual de seus produtos;
- Buscar a autossustentação financeira, com base nas suas atividades-fim, desenvolvendo produtos e serviços e formas de captação de recursos;
- Orientar sua atuação de acordo com as políticas governamentais de desenvolvimento;
- Acompanhar e contribuir para o avanço do estado da arte nas suas áreas de atuação.

A ABNT disponibiliza em território nacional as NBRs, que são as Normas Brasileiras (ASSOCIAÇÃO..., 2021b), cuja função é a de padronizar tecnicamente normas e diretrizes para que produtos e serviços sejam elaborados e atendam desde a fase de projeto, posteriormente pesquisa e chegada ao consumidor com objetividade e tecnologia adequadas.

Conforme consta no site da ABNT na aba **Normalização** na seção **Sobre a Normalização**:

Quadro 2 Normalização

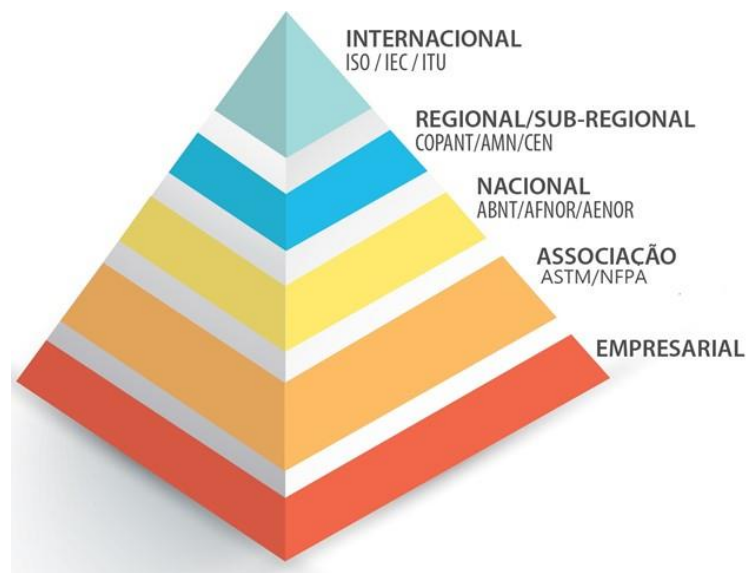
Níveis de Normalização

É o alcance geográfico, político ou econômico de envolvimento na normalização, que pode ser realizada no âmbito de:

- a) um país específico – denominada Normalização Nacional;
- b) uma única região geográfica, econômica ou política do mundo – denominada Normalização Regional;
- c) vários países do mundo – denominada Normalização Internacional.

De forma sistematizada a Normalização é executada por organismos que contam com a participação das partes interessadas no assunto objeto da normalização e que têm como principal função a elaboração, aprovação e divulgação de normas.

Os níveis da normalização costumam ser representados por uma pirâmide, que tem em sua base a normalização empresarial, seguida da nacional e da regional, ficando no topo a normalização internacional.



Esta pirâmide poderia conter outros níveis de normalização situados entre o empresarial e o nacional, que seriam:

a) O das Normas Setoriais ou de Associações, compostas por entidades de classe, representativas de setores produtivos, que são válidas para o conjunto de empresas a elas associadas. As normas do American Petroleum Institute (API) são um exemplo clássico.

b) O dos grupos de empresas que formam consórcios que elaboram normas para determinados empreendimentos.

Nível internacional: normas técnicas de abrangência mundial, estabelecidas por uma Organização Internacional de Normalização. São aceitas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como a base para o comércio internacional.

Nível regional: normas técnicas estabelecidas por uma Organização Regional ou Sub-Regional de Normalização, para aplicação em um conjunto de países de uma região, como a Europa ou o Mercosul. São denominadas Normas Regionais e aplicáveis ao conjunto de países representados na Organização Regional.

Exemplo: Normas da Associação Mercosul de Normalização (AMN) ou Comitê Europeu de Normalização (CEN).

Embora assim considerada, a Associação Mercosul de Normalização (AMN) não é uma organização regional de normalização, pois o seu âmbito é o de um bloco econômico. Ela é uma associação civil reconhecida como foro responsável pela gestão da normalização voluntária do Mercosul, sendo composta atualmente pelos organismos nacionais de normalização dos quatro países membros, que são IRAM (Argentina), ABNT (Brasil), INTN (Paraguai) e UNIT (Uruguai). As normas elaboradas nesse âmbito são identificadas com a sigla NM.

Nível nacional: normas elaboradas pelas partes interessadas (governo, indústrias, consumidores e comunidade científica de um país) e emitidas por um Organismo Nacional de Normalização, reconhecido como autoridade para torná-las públicas. Aplicam-se ao mercado de um país e, frequentemente, são reconhecidas pelo seu ordenamento jurídico como a referência para as transações comerciais. Normalmente são voluntárias, isto é, cabe aos agentes econômicos decidirem se as usam ou não como referência técnica para uma transação.

Exemplo: Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou Associação Alemã de Normas Técnicas (DIN).

Nível empresarial: normas elaboradas por uma empresa ou grupo de empresas com a finalidade de orientar as compras, a fabricação, as vendas e outras operações.

Exemplo: Normas Petrobras ou procedimentos de gestão da qualidade.

Nível de associação: normas desenvolvidas no âmbito de entidades associativas e técnicas para o uso de seus associados. Mas, também, chegam a ser utilizadas de forma mais ampla, podendo se tornar referências importantes no comércio em geral.

No presente trabalho de conclusão, que trata de serviços e comunicação prestados pela biblioteca escolar e a pessoa bibliotecária, importam as NBR 15599 e NBR 9050 que seguem no texto corrente já devidamente recortadas nos pontos que interessam para esta narrativa:

Quadro 3 NBR 15599

NBR 15599 Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços

5.3.2 Acervo bibliográfico e recursos didáticos

5.3.2.1 O acervo bibliográfico deve contemplar versões para os diversos sentidos de percepção:

- a) material didático e lúdico que estimule o tato, olfato, paladar, visão e ou audição;
- b) programas educativos com recursos de acessibilidade, como especificado na ABNT NBR 15290:2005, Seção 8;
- c) gravações sonoras correspondentes ao programa em estudo;
- d) recursos de apoio em LIBRAS, tais como fitas VHS, CD-Rom interativos, DVD, dicionários ilustrados e outros.

5.3.2.2 O acervo bibliográfico das escolas infantis, de nível médio ou superior deve ter disponíveis livros digitalizados, em formato digital, que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela.

5.3.2.3 Os recursos didáticos, instrucionais e metodológicos devem contemplar todas as formas de comunicação: visual, oral, descritiva, gestual, sonora etc., com uso de material concreto e tangível sempre que necessário.

5.4.2 Bibliotecas e centros de informática de uso público

As bibliotecas, centros de informática e similares de uso público devem dispor de:

- a) espaço construído e sinalizado como especificado na ABNT NBR 9050;
- b) pessoal capacitado para atendimento de pessoas com deficiência;
- c) acervo com versões de obras em meio sonoro e visual, ou serviços para que a versão alternativa seja obtida e utilizada, tais como:
 - programa de ampliação de tela; - sistema de leitura de tela, sintetizador de voz e display braille;
 - thermoform e impressora braille ou sistema de leitura de tela que tenha interação com linhas braille;
 - scanner, com sistema para reconhecimento ótico de caracteres;
 - outros dispositivos facilitadores e adaptados para pessoa com deficiência, como resenhas gravadas em vídeo ou DVD, com a informação cultural e social;
 - obras da literatura interpretadas em LIBRAS, braille ou formato Daisy.

Quadro 4 NBR 9050

NBR 9050 Acessibilidade a edificações mobiliário espaços e equipamentos urbanos

10.15 Escolas

10.15.1 A entrada de alunos deve estar, preferencialmente, localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos.

10.15.2 Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis.

10.15.3 Em complexos educacionais e campi universitários, quando existirem equipamentos complementares, como piscinas, livrarias, centros acadêmicos, locais de culto, locais de exposições, praças, locais de hospedagem, ambulatorios, bancos e outros, estes devem ser acessíveis.

10.15.4 O número mínimo de sanitários acessíveis deve atender à Tabela 7.

10.15.5 Recomenda-se que elementos do mobiliário interno sejam acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo, conforme as especificações das Seções 4, 5, 8 e 9.

10.15.6 Quando forem utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis à P.C.R na proporção de pelo menos 1 %, para cada caso, do total de cadeiras, com no mínimo uma para cada duas salas, conforme 9.3.1.

10.15.7 As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Deve ser garantida a área de aproximação lateral e manobra da cadeira de rodas, conforme a Seção 4.

10.15.8 Todos os elementos do mobiliário da edificação, como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis e atender ao disposto nas Seções 8 e 9.

10.15.9 Nas salas de aula das escolas, cursinhos, complexos educacionais e campi universitários, recomenda-se atender ao descrito em 10.5.1 a 10.5.3

10.16 Bibliotecas e centros de leitura

10.16.1 Nas bibliotecas e centros de leitura, todo o mobiliário deve atender à Seção 9. A Figura 152 apresenta um exemplo de terminal de consulta acessível.

10.16.2 Pelo menos 5 %, com no mínimo uma das mesas, devem ser acessíveis, conforme a Seção 9. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.

10.16.3 A largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, conforme a Figura 153. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se atender às necessidades de espaço para circulação e manobra, conforme 4.3.

Figura 2

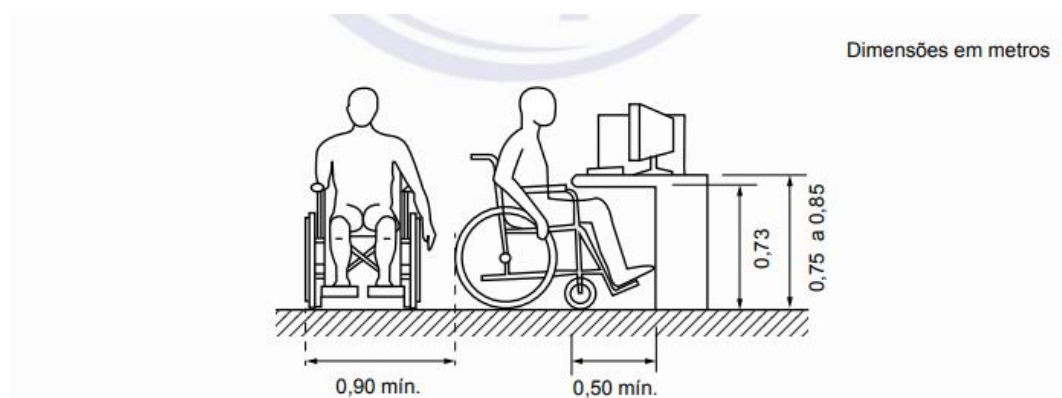
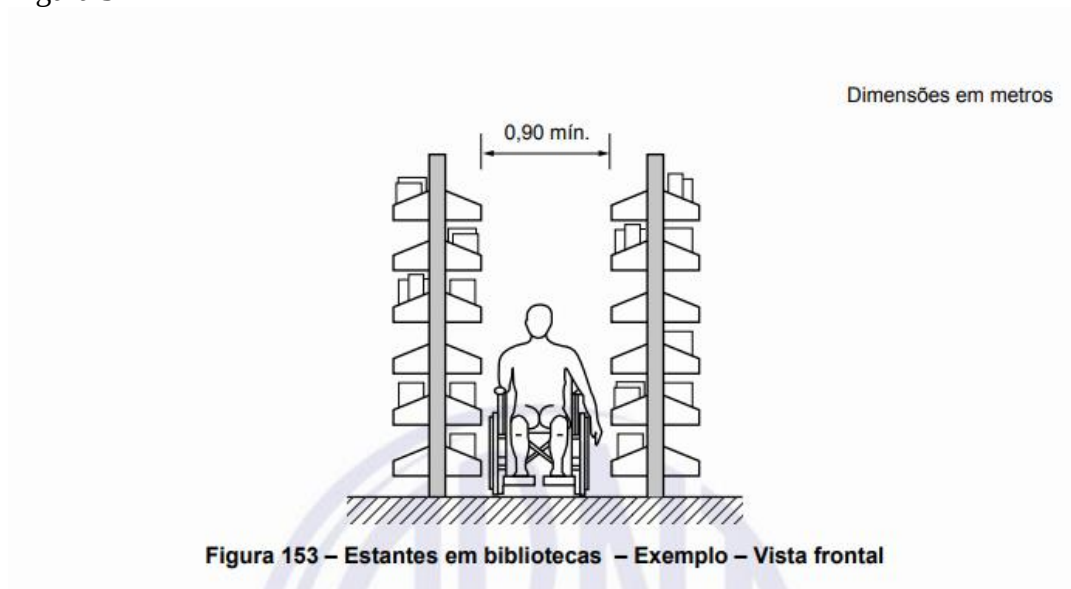


Figura 152 – Terminais de consulta – Exemplo – Vista lateral

Figura 3



10.16.4 A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e aos parâmetros visuais, conforme a Seção 4.

10.16.5 As bibliotecas devem garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, conforme definido em legislação específica (ver [3] e [7] da Bibliografia). Recomenda-se que possuam também publicações em Braille.

10.16.6 Pelo menos 5 % do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis à P.C.R. e P.M.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.

A norma 15599 busca orientar aos profissionais que ofertam diversos tipos de serviço onde a comunicação faça parte do ato, para que o mesmo ocorra conforme determinadas diretrizes onde a acessibilidade comunicacional reina.

No caso da pessoa bibliotecária atendendo uma pessoa TEA na biblioteca escolar, as normas referentes a comunicação e prestação de serviço podem não ter o efeito desejado, pois existe a particularidade da **literalidade**, que é entender frases de forma literal, ter dificuldade de entender e de seguir comandos, ter dificuldade de concentração. Portanto o material do acervo necessita ser bastante visual e tátil, para que assim a pessoa TEA possa ser bem atendida e consiga usufruir do material bibliográfico, das orientações da pessoa bibliotecária no uso do acervo e possa, dentro do seu ritmo, utilizar a biblioteca como apoio de sua alfabetização e aprendizagem na escola.

A norma 9050 trata sobre a acessibilidade do local, sua infraestrutura e mobiliário. O recorte efetuado na norma foi destacando as diretrizes para a Escola e a Biblioteca, pois a mesma para este trabalho é pertencente a esta localização.

Os itens contidos no 10.15 são referentes a Escola e se restringem a acessibilidade que somente contemplará pessoas com deficiência física. Para que pessoas TEA estejam num local que o mesmo se torne acessível, há necessidade muitas vezes de isolamento acústico ou uso de fone para diminuir o ruído no ambiente, mas nem sempre a escola tem como fornecer ou o aluno não consegue comprar e há também os casos onde o autista é hipossensível para sons e essas medidas não farão diferença alguma.

Quanto aos itens que constam no 10.16 e são referentes à Biblioteca, novamente somente contemplam pessoas com deficiência física, não há indicações, nem das gerais, que atendam pessoas TEA.

Para ambas as NBRs, nada como a escola e a biblioteca conversarem com psicólogos, neuropedagogos, psicopedagogos, pais de pessoas TEA, consultarem outros locais que já atendam alunos que estão no espectro, buscando canais no youtube e contas no instagram que possam orientar, dividir sobre suas experiências e etc.

3.2 Workshop Online Organização de Bibliotecas Escolares: do Acervo a Mobília

O workshop é uma oficina sobre um tema específico que desenvolve habilidades através de um treinamento que mescla rudimentos teóricos e práticos, sendo conduzida por uma pessoa instrutora que palestre a respeito de cada tópico e delegue atividades práticas para que assim cada pessoa inscrita participe ativamente.

Pela biblioteca escolar e a pessoa bibliotecária serem parte do tema central do presente trabalho, o workshop online surgiu em excelente momento. Porque eu estava em processo de pesquisa sobre como abordar o tema, no sentido de ter a visão cotidiana e prática de como de fato é trabalhar na biblioteca escolar atendendo ao público que está na faixa etária da alfabetização e letramento, com um olhar que se aplicasse também a pessoa TEA que está no começo da educação formal.

Portanto, segue relato do que vivenciei como pessoa TEA e inscrita nesta oficina prática e com excelente teoria, além da já esperada fala a respeito de sua própria experiência como bibliotecária escolar ministrando e conduzindo o workshop.

O Workshop Virtual **Organização de Bibliotecas Escolares: do Acervo a Mobília** ministrado pela Bibliotecária Elani Regis de Oliveira Araújo no dia 02 de outubro de 2021, apresentou quatro direcionamentos que são os requisitos mínimos a serem desenvolvidos juntamente de uma contextualização sobre a carreira e o tipo de biblioteca. São eles:

- 1 - Regulamentação da profissão e da biblioteca escolar
- 2 - Acessibilidade
- 3 - Espaço e Mobiliário
- 4 - Acervo somado ao software

Para contextualizar antes de seguirmos aos assuntos abordados durante o workshop, seguiremos as diretrizes IFLA de 2015, que enunciam ser a biblioteca escolar é um espaço de aprendizagem físico e digital na escola, onde leitura, pesquisa e investigação fundamentam o crescimento pessoal, social e cultural dos discentes. Informando que bibliotecas escolares funcionam em centros de ensino e aprendizagem com programas educativos ajustados conforme o conteúdo curricular nacional, e que o bibliotecário lidera agindo como facilitador desse desenvolvimento de capacidades. E a missão da biblioteca escolar é disponibilizar serviços de aprendizagem, livros e todo recurso que compete a facilitar aos discentes a utilização dos variados tipos de suporte de informação e meios de comunicação.

A regulamentação do exercício da profissão de bibliotecário no Brasil pela Lei 4.084/1962 atribui que bacharéis em biblioteconomia organizem, dirijam e executem serviços como o ensino de biblioteconomia e a fiscalização dos mesmos; que administrem e sejam diretores de bibliotecas; organizem serviços de documentação; que ofereçam serviços de classificação e catalogação de manuscritos, livros raros, mapotecas, publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência.

Quanto a universalização da biblioteca escolar no Brasil, a mesma foi efetivada pela Lei 12.244/2010, que dispõe sobre as instituições de ensino públicas e privadas terem bibliotecas, que as mesmas tenham em seu acervo livros, materiais videográficos e outros tipos de suporte com o propósito de consulta, pesquisa, estudo e leitura, sendo obrigatório ter no mínimo um título por discente matriculado.

Após estes direcionamentos regulamentares, por tratar-se de um workshop, partimos para a primeira atividade prática do dia.

O primeiro *case* foi relacionado “A quem e como o espaço vai servir?”, onde trabalhamos ideias sobre quem é o público-alvo (infantil, fundamental, médio), a quantidade de alunos, qual a estrutura (espaço, mobiliário, equipamentos), o que vai oferecer (serviços). E dando continuação no mesmo *case*, a segunda parte é relacionada a “O que tem no Acervo?” buscando respostas dos participantes sobre: o que tem disponível, qual é o orçamento, quem é o responsável, parcerias com editoras e representantes, onde posso comprar e onde não posso e como selecionar as obras.

Foi pedido também que desenhássemos o layout da biblioteca que imaginamos cumprir todos esses quesitos levantados durante o primeiro *case*.

A fase dois do workshop teve como assunto central a Acessibilidade na Biblioteca Escolar, tomando como ponto de partida as NBRs 9050 e 15599 e a bibliotecária escolar Elane nos norteou sobre as Notas Técnicas Brasileiras e nos contou também sua experiência no atendimento de crianças com/sem deficiência.

Aqui, denoto por experienciar a vida como uma pessoa com deficiência, que é preciso ir além de pensar nos aspectos arquitetônicos, pois nem toda deficiência é física.

A bibliotecária escolar Elane, no workshop nos instrui quanto ao assunto de acessibilidade que é necessária uma parceria com os professores, mas também com psicólogos, neuropedagogos, para uma eficiente condução do discente. Comenta sobre organizar eventos em prol do tema para crianças/pais/professores, realizar atividades que crianças com/sem deficiência possam executar, material didático e lúdico que estimule os cinco sentidos. Em outro ponto do presente texto tratarei um pouco mais sobre as NBRs específicas que regem a área de bibliotecas.

O assunto da fase 3 foi relativo ao Espaço e Mobiliário da Biblioteca Escolar.

Foi abordada de que forma o espaço é utilizado, quem irá utilizar a área, se o local é de fácil acesso, se fica no andar térreo, se a iluminação elétrica é adequada, se há entrada de luz natural, se a temperatura e umidade são adequadas para o acervo, se há uma setorização que atenda da forma mais abrangente possível discentes e docentes nas atividades de leitura, história, acervo, pesquisa e local para a pessoa bibliotecária trabalhar.

E em seguida foi abordado sobre o mobiliário que recebe o acervo, o balcão de atendimento, guarda volumes, local do processamento técnico, móveis que comportem discente, docente e o computador para pesquisa, mesas, cadeiras, pufes, bancos e almofadas para leitura e outras atividades e claro, o famoso Bibliocanto.

Como nem toda biblioteca escolar pode ofertar material de escritório para quem utiliza o local, pois muitas vezes a escola somente consegue ofertar uma sala de leitura a um Professor que está executando a função de “tomar conta dos livros”, cito brevemente: lápis, caneta, borracha, corretivo, fita adesiva, tesoura, cola branca, folhas A4, papel colorido criativo. Mas para o trabalho desta sala, assim como da biblioteca, são imprescindíveis que tenha carimbo, almofada, tinta do carimbo, e livro/caderno de tombo.

O último tópico tratado no workshop virtual foi referente a Organização do Acervo e ao Software usado em Biblioteca Escolar.

Nesta Fase 4 o direcionamento foi para agrupar objetos semelhantes, objetos relacionados que estejam próximos, que haja inserção de novos objetos nos grupos que já estão organizados conforme surgir possibilidade para novidades e finalmente que os objetos consultados pelos discentes tenham um sistema no qual seja facilmente encontrado os locais que ocupavam anteriormente nas estantes.

Com este intuito, nós pessoas bibliotecárias desenvolvemos os Sistemas de Classificação, que conforme o tipo de material bibliográfico e discentes que os manuseiam, podemos adaptar optando pelo objeto em si ou pelas necessidades de quem está consultando conforme sua idade. Para facilitar essa consulta numa biblioteca escolar infantil, por exemplo, podemos classificar as obras infantis por cores, para uma identificação imediata dos pequenos discentes, e para discentes mais velhos que sejam do Fundamental II ou Médio a tomada de uso do sistema de classificação terá mais sentido com sinalização na estante e numeração nos livros, determinando um assunto.

No escopo da organização do acervo, temos como parte do conjunto de atividades o processamento técnico que confere, analisa, registra (estas tarefas são da classificação e da catalogação), assim como carimbar, etiquetar e acomodar as obras nas respectivas estantes.

Os softwares de gestão de bibliotecas podem ser divididos em dois tipos: pagos e *open source*. Para implementar esta solução na biblioteca, é necessária uma equipe de TI que customize o software, dê suporte técnico, treinamento para a pessoa bibliotecária e o corpo técnico local possam utilizar no cotidiano laboral.

A ministrante do workshop mostrou fotos como exemplos de bibliotecas escolares, formas de sinalizar e dinamizar o acervo e como atividade final, pediu para que criássemos no Pinterest uma pasta com inspirações de bibliotecas escolares.

4 Método Montessori

A atuação do bibliotecário no processo educativo pressupõe a adoção de algum modelo pedagógico que norteie a sua atuação. O presente texto irá apresentar a proposta pedagógica do método Montessori. Elaborado como uma proposta de reforma do ensino de sua época (no Brasil este método tem sido implementado desde a década de 1910 e a Casa dei Bambini na Itália com a Educação Montessori tem como 1907 seu início), esse método traz uma abordagem humanizada e progressista do ensino. Isso resulta em uma inclusão maior para a criança no geral e mais ainda para a criança autista, facilitando o seu desenvolvimento.

O método proposto por Maria Montessori (1870-1952) foi chamado à época de “pedagogia científica”, pois buscava entender as necessidades e interesses das crianças e por essa observação desenvolver semelhante a ciência uma pedagogia baseada nesses fatos. Ele explora a curiosidade e iniciativa da criança, além de aproveitar os modos próprios como a criança interage com o mundo.

As escolas tradicionais impõem uma educação como transmissão de conhecimento, e nela as percepções da criança são limitadas apenas à observar a lousa e ouvir o professor. No método Montessori se busca interagir com os diversos sentidos da criança, e faz isso dando um enfoque nos estímulos sensoriais. A criança interage com o ambiente de forma mais ampla, sentindo através do tato e manipulando materiais pedagógicos. O ambiente todo da sala de aula é preparado para esse fim.

Para desenvolver as suas capacidades a criança tem um papel ativo na educação, e não apenas recebendo-a passivamente do professor. Ela tem a sua liberdade valorizada, e usufrui dela no local de ensino. Essa liberdade é conciliada com a disciplina, é conduzida pelo professor e pela organização da sala. É um equilíbrio entre disciplina e liberdade, desenvolvendo a autonomia do aluno para lidar com a vida de forma confiante e capaz de tomar decisões.

4.1 Os Princípios Montessorianos

O método Montessori, para sua atuação, se orienta por seis princípios que devem guiar o ensino. Eles são: autoeducação; educação como ciência; educação cósmica; ambiente preparado; adulto preparado; criança equilibrada. Entendendo esses princípios se tem mais clareza sobre como funciona essa metodologia.

O princípio da *autoeducação* é central nesse modelo. Ele remete à capacidade intrínseca de aprendizado que a criança tem. Ao incentivar a predisposição à descoberta ele leva a criança ao protagonismo do seu próprio processo de aprendizagem. Com os materiais utilizados no método Montessori a criança consegue experienciar por si e aprender com essa experiência, com erros e acertos, de forma espontânea. Relacionado a isso está o princípio da *educação como ciência*, em que se espera do professor uma atuação de modo científico, praticando a observação e avaliando os resultados, tendo uma postura lógica e objetiva, sem muita interferência. A criança com base nesses dois princípios atua na própria aprendizagem, tendo o professor como um observador desse processo.

No que diz respeito à sala de aula, o método se baseia no princípio do *ambiente preparado*. A organização do espaço busca a ordem, com os materiais bem divididos de acordo com as áreas de conhecimento, facilitando a experiência do aluno. Essa ordem do ambiente se baseia no princípio da *educação cósmica*, que entende a conexão que existe entre todos os elementos e conhecimentos, como na ideia grega de cosmos. Isso proporciona à criança, ao compreender o ambiente conectado e a si mesma fazendo parte de algo maior, que ela tenha uma sensação de pertencimento que favorece a aprendizagem.

Para atuar nesse ambiente como um facilitador do processo de desenvolvimento da criança, o princípio do *adulto preparado* demanda um educador que possua esse preparo necessário, que tenha conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, sobre os materiais usados para tanto, e inclusive conhecimento de si mesmo e das habilidades que necessita, além do conhecimento científico.

Como resultado desse conjunto, o último princípio é o da *criança equilibrada*, que tem estímulos para sua criatividade e sensibilidade através da harmonia desses princípios. Isso tudo fomenta uma formação de adultos conscientes, e responsáveis, que tiveram explorados os seus potenciais.

Esse método proposto por Montessori mostra bons resultados ao buscar nas tendências da criança um modo de ensino adequado para ela. Isso é particularmente verdade para crianças no espectro autista. Mães e professoras relatam bons resultados na educação dessas crianças com a utilização do método Montessori.

Em sua pesquisa, Montessori já tratou da questão das crianças com necessidades especiais. Em seu livro *Pedagogia Científica: A Descoberta da Criança*, a autora dedica um capítulo à comparação entre o aprendizado dessas crianças com as crianças de desenvolvimento regular. A autora percebeu que ao lidar com essas crianças era preciso uma abordagem diferente:

A primeira diferença fundamental entre uma criança mentalmente inferior e uma criança normal, colocadas na presença do mesmo material, é que a criança com necessidades especiais não revela um interesse espontâneo: torna-se então necessário chamar continuamente sua atenção, suscitar-lhe o espírito de observação e exortá-la à ação. (MONTESSORI, 2017)

Montessori nos aponta uma dificuldade maior de concentração das crianças deficientes em face dos mesmos recursos. Ao lidar com os materiais pedagógicos, com materiais sensoriais, a criança deficiente se relaciona de modo diferente e não aproveita a atividade da mesma forma, direcionando sua atenção a outros aspectos.

A criança com necessidades especiais é ajudada, pelo contrário, a compreender o material, graças à lição; sua atenção é atraída com insistência sobre os diferentes contrastes e ele acaba por interessar-se e começa a trabalhar. Contudo, o objeto em si mesmo será um estímulo insuficiente para despertar sua atividade. (MONTESSORI, 2017)

O sentido dessas observações denota o que nós Autistas Adultos sabemos na prática, a Montessori deixou registrado que se um educador quer trabalhar com uma criança cuja deficiência seja cognitiva, que é necessário conseguir criar um elo construído através do interesse da mesma e explicar que não apenas deve olhar mas sim que o material é usado para ter uma ação, interagir com o mesmo para aprendizado. Não adianta tratar o ensino e o material didático de modo genérico e igual como se fosse com discentes sem déficits cognitivos. Ainda assim, esse método e os materiais quando adequadamente utilizados podem fornecer ferramentas de aprendizado para a criança com necessidades especiais que métodos de ensino tradicionais não oferecem.

4.2 A Alfabetização

Abordando a prática do ensino montessoriano, devemos nos ater à questão da alfabetização, que é um dos aspectos mais fundamentais da educação. No ato de alfabetizar uma pedagogia leva os estudantes a desenvolverem a capacidade de leitura, de reconhecimento de significado em um texto escrito. Isso será a base para a obtenção de muitas formas de conhecimento e assim potencializará o desenvolvimento de uma pessoa. A UNESCO define alfabetização como:

Alfabetização é a capacidade de identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e calcular mediante a utilização de materiais impressos e escritos relativos a diferentes contextos. A alfabetização envolve um processo contínuo de aprendizagem ao capacitar as pessoas a alcançar seus objetivos, desenvolver seus conhecimentos e potenciais, bem como participar integralmente da comunidade e da sociedade mais ampla. (UNESCO, 2008 apud GOMES, 2016, p.24)

No método Montessori a alfabetização se dá com o uso de materiais didáticos que atuam como estímulos sensoriais. Exemplos de materiais usados na alfabetização são a letra de lixa e a caixa de areia. Possuindo um elemento tátil, as letras destacadas em material áspero estimulam a criança a entender os contornos da letra com outros sentidos que não só a visão. Com a caixa de areia a própria criança pode reproduzir os contornos, desenhando letras com o dedo. Todas essas sensações são associadas com os sons que as letras representam. Entendendo os elementos fonéticos e assimilando eles de forma multissensorial, a criança compreende a formação das palavras.

Esse tipo de método com recurso aos aspectos fonéticos da linguagem escrita está em consonância com os conhecimentos atuais em neurociências. Ao entender os mecanismos que nos levam a aprender a leitura e qual o papel de nosso cérebro, as ciências nos confirmam esse modo de aprendizagem. O pesquisador Stanislas Dehaene em seu livro *Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler* nos apresenta esse processo.

Para progredir, a criança deve imperativamente desenvolver a segunda via da leitura, aquela que associa cada cadeia de letras a sua pronúncia, por um procedimento sistemático de conversão dos grafemas aos fonemas. Este procedimento de decodificação se estabelece no curso da segunda etapa de aprendizagem da leitura, a etapa fonológica, que aparece tipicamente no curso dos primeiros meses da escola, ao redor

dos 6, ou 7 anos. A palavra cessa então de ser tratada com globalidade. A criança aprende a prestar atenção aos pequenos constituintes das palavras, sejam uma ou duas letras, essas últimas conhecidas como dígrafos no português brasileiro (“ch”, “lh”, “nh”, “ss”, “rr”, “sc”, “sq”, “xc”, “xç”, “am”, “im”, etc.). Adquire as correspondências que associam cada um desses elementos aos fonemas de sua língua e se aplica em reuni-los para formar as palavras. É o famoso B-A BA. (DEHAENE, 2012)

Seguindo esse processo o método Montessori dá um enfoque no aprendizado do som que as letras realmente possuem, e não apenas o nome que damos a elas. Cada letra é um componente fonético que pode ser combinado a outros. Um “S” pode receber o nome de “esse”, porém o som que ele carrega é um “sss” chiado que ao se combinar com uma vogal forma uma sílaba como “sa” ou “so”. Esse enfoque está também de acordo com a forma como a ciência descreve o processo de aprendizado, como aponta Dehaene (2012):

O que reunimos no curso da leitura não são os nomes das letras, mas os fonemas que elas representam - as unidades da fala abstratas e escondidas que a criança deve descobrir. Uma verdadeira revolução mental deve ter lugar no cérebro da criança antes que ela descubra que a fala pode ser decomposta em fonemas e que podemos recompor a sequência /ba/, combinando os fonemas /b/a/. Os primeiros anos de leitura veem a emergência de uma representação explícita das classes de sons da língua. A criança descobre que a fala é composta de átomos, os fonemas, que podem ser recombinados, para formar novas palavras, verdadeiras moléculas verbais.

Com os materiais montessorianos e a consciência dos sons o discente tem os elementos para exercitar sua autonomia e desenvolver internamente seu processo de aprendizagem. E isso vai ser uma condição que possibilitará a sua alfabetização.

Os dados não faltam para mostrar que, quanto mais a criança está à vontade para manipular conscientemente o fonema, mais depressa ela aprende a ler. Além disso, os exercícios que treinam as crianças em jogar com os sons melhoram não somente a consciência fonêmica, mas igualmente os escores em leitura. É a razão pela qual, muitos autores concluem que uma boa consciência fonêmica é uma condição preliminar indispensável para aquisição da leitura. Dito de outro modo, a descoberta dos fonemas precederia a dos grafemas. (DEHAENE, 2012)

Tendo em vista essas contribuições poderíamos concluir que o que essas pesquisas científicas recomendam para o processo de alfabetização se assemelha às propostas de Montessori.

O que recomendar, em definitivo, aos professores ou aos pais que desejam tornar ótimo o ensino da leitura? A etapa decisiva da leitura é a de decodificação dos grafemas em fonemas, é a passagem de uma unidade visual a uma unidade auditiva. É, pois, sobre essa operação que se devem focalizar todos os esforços.

Desde bem pequena, jogos simples preparam a criança para a leitura, tanto no plano fonológico, fazendo-a manipular os sons da fala (rimas, sílabas, a realização dos fonemas) quanto, no plano visual, fazendo-a reconhecer, memorizar e traçar a forma das letras. Desde esse estágio, que pode ter lugar na escola maternal, ter-se-á oportunidade de orientar bastante cuidadosamente sobre as letras, a fim de que se torne claro à criança que cada letra se lê numa direção fixa e que um b, um p, um d, ou um q são, pois, formas diferentes. **Escrevê-las ou traçá-las com dedo contribui, certamente, a transpor, com sucesso, esta etapa importante.** (DEHAENE, 2012, p. 245-246, grifo nosso)

Esse traçar com o dedo se identifica com o uso da caixa de areia e com o uso dos materiais pedagógicos de Montessori. Claro, o processo de alfabetização é longo e complexo, e não é o enfoque deste trabalho aprofundar-se em todas as suas nuances. Basta que se reforce a importância da alfabetização e o papel de um método adequado que a conduza.

A inclusão da pessoa autista no ensino passa por várias etapas, desde a sua alfabetização, e então através do desenvolvimento das diversas habilidades cognitivas e do contato com o conhecimento. Em diversos aspectos o método Montessori pode ser utilizado para realizar essa inclusão e possibilitar o ensino do autista.

5 A sensibilização da pessoa bibliotecária perante o autista

Retomando o enfoque à biblioteca escolar, agora já com base na orientação de um método pedagógico, iremos aprofundar a discussão sobre a importância da pessoa bibliotecária e de sua atuação na acessibilidade do autista àquele ambiente.

Tratamos em outra seção do ambiente da biblioteca e sua importância para a inclusão da criança autista no processo educativo. Uma biblioteca escolar, entretanto, só poderá fazer isso através do seu bibliotecário, aqui entendido como parte desse processo. Um bibliotecário deve participar em conjunto com os professores das possibilidades educacionais da escola. Isto é um tema explorado no artigo “Biblioteca escolar e educação” de Mônica do Amparo Silva:

O não entendimento ou a não integração entre o profissional da biblioteca e o professor cria um conflito que dilui, muitas vezes, a função educativa da biblioteca, alienando-a do contexto pedagógico da escola.

Não se pode alienar a biblioteca do processo educativo, sem prejuízo para todos os interessados: o professor, que perde um grande aliado em termos de apoio técnico-pedagógico; o bibliotecário ou responsável, que vê seus esforços se perderem no vácuo das ‘impossibilidades’ e, principalmente, os alunos que deixam de ter um grande instrumento de auxílio nas tarefas escolares e enriquecimento cultural na ampliação de seus horizontes e na formação de uma visão crítica. A biblioteca escolar deve existir como um órgão de ação dinamizadora e não cair na passividade que, às vezes, nos leva a não efetuar um trabalho difusor de informações por não nos sentirmos estimulados e respaldados por aqueles que seriam, em primeira instância, beneficiados pelo trabalho da biblioteca. (SILVA, 2004, p. 15-16)

A importância do bibliotecário é abordada também no artigo “Biblioteca escolar inclusiva: Análise acerca do transtorno do espectro autista” de Renata Kelly Oliveira Sampaio e Gabriela Belmonte de Farias, que já abordamos acima. Ao aprofundarmos nas contribuições do texto vemos que seu intuito é identificar propostas de ações inclusivas

nessas bibliotecas, com enfoque no acesso a elas por crianças autistas. As autoras realizam uma revisão sistemática da literatura que aborda o assunto. Ainda que careça de mais pesquisas, o tema da inclusão nesse cenário é apresentado por Sampaio e Farias, que nos oferecem também uma perspectiva da função que nele exerce o bibliotecário:

O bibliotecário cumpre uma função essencial no âmbito educacional, ele não é apenas coadjuvante nesse processo, mas parte indispensável na equipe pedagógica escolar. Em seu espaço de trabalho ele consegue ir além de suas atividades técnicas e, desbravar um mundo de possibilidades. (SAMPAIO; FARIAS, 2020, p. 13)

Quando pensamos na atuação prática do bibliotecário é preciso notar que seu proceder, para ser inclusivo, deve levar em conta as diferenças entre os indivíduos no público que ele atende. Ele deve conhecer as características dessas crianças para poder suprir suas necessidades. Ele será o intermediário que irá possibilitar o contato de discentes autistas com os livros. Isso é ressaltado no texto de Claudilene dos Santos Silva “Inclusão de crianças autistas no processo de leitura”, que diz:

O bibliotecário, enquanto transformador social, exercendo seu papel de mediador e disseminador da informação, deve despertar e estimular nas crianças o gosto pela leitura para que possa atrair o leitor ao livro. A priori ele deve conhecer o perfil do seu público alvo para que possa atender as necessidades do leitor, facilitando o contato da criança com os livros tornando uma experiência prazerosa e agradável. (SILVA, 2018, p. 20)

A autora ressalta a variedade de modos de atuação que o bibliotecário pode exercer como agente cultural, indo além dos modos de agir no contexto tradicional:

São inúmeras as possibilidades de ações, restando ao bibliotecário utilizar-se de elementos diversos para diminuir a lacuna estabelecida entre os leitores e os livros.

O bibliotecário como gestor da informação tem um importante papel de transformador social podendo contribuir positivamente para a comunidade, trabalhando na formação de novos leitores, apoiando projetos de incentivo à leitura, incentivando a pesquisa e a valorização da cultura. (SILVA, 2018, p. 23)

No caso de crianças autistas essas possibilidades de atuação podem ser orientadas por boas práticas e metodologias para auxiliar esse grupo, como é o caso do Método

Montessori. Aplicando os seus princípios nessa situação podemos pensar na importância de preparar o espaço para sua função educativa, além de que podemos lembrar a importância da autonomia do aluno em seu processo de aprendizagem.

Um ambiente ideal, com um educador preparado – aqui na figura do bibliotecário – irá dispor de um espaço bem organizado em que a criança consiga por si mesma buscar os seus diferentes materiais pedagógicos no acervo, principalmente nesse contexto os livros. Aqui esses materiais ainda podem se basear na proposta montessoriana, oferecendo elementos sensoriais e interativos, como é mesmo o caso dos livros sensoriais.

Outro aspecto que Sampaio e Farias acentuam é o de que, dado os níveis de comprometimento possíveis no espectro autista, tanto intelectual como da linguagem, cabe ao bibliotecário em conjunto com a equipe pedagógica pensar em estratégias de intervenção lúdica na leitura e atividades educativas. Uma abordagem lúdica pode facilitar ao autista que se relacione com aquela situação de um modo diferente e que favoreça a interação quando em outro caso ela seria prejudicada. Nas palavras das autoras:

A ludicidade, ou seja, atividades que trabalham o imaginário, que estimulam a interação e aprendizado por meio do prazer e criatividade, ajuda o aluno a desenvolver habilidade emocional, cognitiva, social e motriz. As atividades para esse objetivo podem ser contações de histórias, histórias musicadas, oficinas de pinturas, teatros com fantoche, oficinas de artesanatos com materiais diversos, livros sensoriais, áudio livros dentre outros. Os recursos disponíveis nas bibliotecas, quando valorizados e utilizados adequadamente por seus gestores, podem contribuir diretamente com o processo de educação inclusiva de usuários com TEA. É possível e necessário utilizar a tecnologia em benefício da leitura e a ludicidade para essa inserção no mundo literário. (SAMPAIO; FARIAS, 2020, p. 14)

Conhecendo as peculiaridades, preferências e limitações específicas de cada indivíduo autista, o bibliotecário pode propor abordagens que mais favoreçam a cada um. Como no espectro autista cada um é muito diferente do outro, o que funciona para uma pode não ser o caso com outra criança.

Alguns recursos são apontados pelas autoras como facilitadores para a relação do autista com a biblioteca. Um deles é o uso de aplicativos voltados para auxiliar autistas. Sejam aplicativos de apoio à comunicação, apoio pedagógico, ou de organização de rotina. Outros recursos podem ser também úteis como o uso de música:

A música também é uma grande aliada para inclusão desses alunos, enquanto recurso de ludicidade para uma contação de história cantada, por exemplo, é uma ótima ferramenta. A fonética das palavras durante uma mediação de leitura também atrai esse público. A leitura em voz alta é um recurso muitas das vezes esquecido, mas o hábito de ler em voz alta com entonações corretas, respeitando a fonética das letras é um grande aliado para uma bela contação de história ou leitura mediada. (SAMPAIO; FARIAS, 2020, p. 22-23)

Outro artigo que aborda as diferentes atividades que podem ser utilizadas pela pessoa bibliotecária para a inclusão dos autistas é o “Acessibilidade informacional para usuários com transtorno do espectro autista na biblioteca”, de Santos, Diniz e Fernandes. Nesse estudo é feito um levantamento bibliográfico a fim de identificar as práticas que obtém resultados para este fim. Nele também é reconhecido o impacto que as particularidades do autista tem no trabalho do bibliotecário:

Considerando as bibliotecas escolares, para atender aos estudantes autistas, incluindo-os no ambiente escolar, contemplando seus direitos de ter serviços eficazes para potencializar o seu desenvolvimento cognitivo, comportamental e social torna-se um desafio para os profissionais de biblioteca. A falta de habilidade social dos estudantes com espectro autista os mantém resistentes à quebra de rotinas e mudanças bruscas do ambiente, mantendo-se restritos às suas zonas de interesse muito específicas, causando implicações no trabalho a ser desenvolvido com eles no espaço da biblioteca. (SANTOS; DINIZ; FERNANDES, 2017, p. 14)

Mesmo o tipo de livro selecionado para a leitura do autista pode impactar a sua acessibilidade. Alguns livros podem possuir características que melhor se adequam à necessidade daquela criança:

[...] os profissionais da biblioteca devem selecionar livros acessíveis que possibilitem a leitura, especialmente elaborados em razão da dificuldade comunicacional do aluno, explicando sobre isso, que os livros devem estimular as crianças autistas, com elementos previsíveis e/ou repetitivos, sequências familiares, rimas, perguntas/respostas, formatos atraentes, proporem histórias em cadeia ou uma história circular [...] livros acessíveis por páginas de laminação, enriquecendo com as texturas e com fotografias reais, livros esses que tratem a respeito de crianças autistas e adquiridos conforme a opinião do aluno autista. (SANTOS; DINIZ; FERNANDES, 2017, p. 15)

Vale ressaltar o quanto as diferentes propostas de atividades e intervenções para a inclusão dos autistas são compatíveis com o método Montessori. O uso de materiais pedagógicos adequados, o preparo do ambiente e do educador, uma abordagem de

observar o aluno e entender suas necessidades e as formas como ele melhor pode buscar o seu desenvolvimento de modo autônomo, e principalmente as propostas de usos de materiais e livros sensoriais. Ainda que não se nomeie ou faça uma associação direta, uma abordagem com base em Montessori já aparece como uma boa proposta de inclusão para os autistas.

6 Conclusão

As pessoas no espectro autista têm menos acesso ao ensino superior e sofrem diversas formas de exclusão. Um passo fundamental para a integração da pessoa autista é já uma educação de base que a inclua. Se desde a alfabetização o autista não estiver integrado, uma exclusão vai decorrer da outra e as carências de um ensino adequado irão impactar esse indivíduo no longo prazo.

Ao apresentarmos já no ensino básico um método pedagógico adequado e recursos pedagógicos que permitam o acesso do autista à alfabetização e ao pleno desenvolvimento estamos possibilitando o futuro dessa pessoa nas diversas instituições de ensino e pesquisa.

A biblioteca escolar, se bem organizada e preparada para lidar com os mais diversos públicos tal qual sua função exige, será também peça fundamental na formação dessa pessoa. De modo que recai sobre a pessoa bibliotecária, enquanto profissional integrado ao sistema de ensino, a responsabilidade de conhecer e atuar da melhor maneira possível nesse processo pedagógico.

Referências

- AMORIM, Marcela Mendonça.; MORAES, Fabiano.; VALADARES, Eduardo.
Alfabetizar letrando na biblioteca escolar. São Paulo: Cortez, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599:**
Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços - 1ª Edição 25.08.2008 - Válida a partir de 25.09.2008. Disponível em:
https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/sismob2/pdf/field_generico_imagens-filefield-description_21.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:**
Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - 4ª Edição 03.08.2020 - Versão corrigida 25.01.2021. Disponível em:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/NBR9050_20.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **O que é ABNT**. 2021a.
Disponível em: <https://www.abnt.org.br/institucional/sobre>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **O que é NBR**. 2021b.
Disponível em: <https://www.abnt.org.br/normalizacao/sobre>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- BAI, Dan; YIP, BENJAMIN Hon Kei; WINDHAM, Gayle C. *et al.* Association of genetic and environmental factors with autism in a 5-country cohort. **JAMA Psychiatry**, v.7, n. 10, p. 1025-1043, 2019. Disponível em:
<https://jamanetwork.com/journals/jamapsychiatry/fullarticle/2737582>. Acesso em: 16 jan. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 03 maio 2019.
- BRASIL. **Lei n.12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Berenice Piana). Brasília: Congresso Nacional, 2012. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 03 mai. 2019.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Normas da ABNT sobre Acessibilidade**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos->

deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/normas-da-abnt-1. Acesso em: 23 nov. 2021.

CÂMARA PAULISTA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Dez direitos fundamentais do aluno com deficiência na escola**. 2020. Disponível em: <https://www.camarainclusao.com.br/noticias/dez-direitos-fundamentais-do-aluno-com-deficiencia-na-escola/>. Acesso em: 12 nov. 2021

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília, Df: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura** - como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Tradução: Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012.

DONVAN, John.; ZUCKER, Caren. **Outra Sintonia: a história do Autismo**. Tradução: Luiz A. de Araújo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ EGYDIO SETÚBAL. Autismo e Realidade. **Mãe de menino com autismo, dá nome à lei histórica que estabelece TEA como deficiência**. 2020. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2020/03/30/berenice-piana-um-marco-nos-direitos-dos-autistas/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

GOMES, Daniela Di Alves. **Biblioteca em escolas de idiomas: estudo das práticas, funcionalidades e incentivo no ensino-aprendizado da língua inglesa**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/11313/2/TCCG%20-%20Biblioteconomia%20-%20Daniela%20Di%20Alves%20Gomes.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

GRANDIN, Temple.; PANEK, Richard. **O cérebro autista: pensando através do espectro**. Tradução: Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2018.

INTEGRAÇÃO. EES – Espaço de Educação e Saúde. Instagram. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CNKbX7mBFSw/?utm_medium=share_sheet. Acesso em: 06 dez. 2021

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação na educação superior no Brasil. **Censo da Educação Superior de 2018**, Brasília, set. 2018, p. 47-48. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192. Acesso em: 13 jul. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação na educação superior no Brasil. **Censo da Educação Superior de 2019**, Brasília, out. 2020, p. 65-66. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Prazos do Censo da Educação Superior 2020 prorrogados**: instituições de educação superior poderão declarar os dados até o dia 17 de outubro.

Períodos para realizar os demais procedimentos também foram estendidos. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/prazos-do-censo-da-educacao-superior-2020-prorrogados>. Acesso em: 30 ago. 2021.

LAGE FERNÁNDEZ, Juan José. **Bibliotecas escolares, lectura y educación**. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2013

LEI Brasileira de Inclusão e o “novo” conceito de deficiência: será que agora vai “pegar”? **Justificando: mentes inquietas pensam direito**, 2015. Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/08/20/lei-brasileira-de-inclusao-e-o-novo-conceito-de-deficiencia-sera-que-agora-vai-pegar/>. Acesso em: 03 mai. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Conceitos de deficiência**. Disponível em: <https://pcd.mppr.mp.br/pagina-41.html#>. Acesso em: ago. 2017.

MONTESSORI, Maria. **A descoberta da criança** - pedagogia científica. Tradução: Pe. Aury Maria Azélio Brunetti. Campinas: Editora Kíron, 2017.

MONTESSORI, Maria. **A Formação do Homem**. Tradução: Sonia Maria Braga. Campinas: Editora Kíron, 2018.

MONTESSORI, Maria. **Psicogramática**. Tradução: Silvia Brambilia. Campinas: Editora Kíron, 2017.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS/EAD. **O que é workshop, para que serve e como planejar o evento?** Disponível em: <https://ead.pucgoias.edu.br/blog/workshop-planejar-evento>. Acesso em: 07 out. 2021.

SAMPAIO, Renata Kelly Oliveira; FARIAS, Gabriela Belmonte de. Biblioteca escolar inclusiva: análise acerca do transtorno do espectro autista. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 14, n. 3, set. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/146027>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SANTOS, Marcos Pastana. DINIZ, Cládice Nóbile, FERNANDES, Ediclea Mascarenhas. **Acessibilidade informacional para usuários com transtorno de espectro autista na biblioteca**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.13, n. esp. CBBD, p. 1863-1882, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/906>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SELDIN, Tim. **Método Montessori na educação dos filhos**. Tradução: Fernando Gomes do Nascimento. Barueri: Editora Manole, 2018.

SILVA, Claudilene dos Santos. **Inclusão de crianças autista no processo de leitura**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/531/1/TCC_InclusaoCriançasAutistas.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

SILVA, Mônica Amparo. Biblioteca escolar e educação. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2004.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Transtorno do Espectro do Autismo. **Manual de Orientação**, n.05, abr. 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped._Desenvolvimento_-_21775b-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

TISMOO. **Pesquisa confirma que autismo é quase totalmente genético; 81% é hereditário.** 2019. Disponível em: <https://tismoo.us/destaques/pesquisa-confirma-que-autismo-e-quase-totalmente-genetico-81-e-hereditario/>